

## SEM TERRINHA EM MOVIMENTO: O AUDIOVISUAL E A PERSPECTIVA DA INFÂNCIA NO MST

Maria Aparecida da Silva<sup>1</sup>  
Ramon Bezerra Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir sobre o papel do audiovisual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como ferramenta no desenvolvimento de trabalhos deste a partir de uma perspectiva da e na infância Sem Terra. Para isso, investiga desde um viés da participação na produção de materiais e processos a partir da compreensão da criança Sem Terrinha como sujeito na luta concreta e na luta simbólica de um movimento social do campo. Visa destacar também como essas iniciativas contribuem para uma melhor compreensão do audiovisual na infância e as expectativas da continuidade e fortalecimento do trabalho para e com as crianças Sem Terrinha. Se apoia metodologicamente no levantamento e análise bibliográfica e documental de materiais elaborados pelo MST, principalmente pela intersetorialidade entre os Setores de Comunicação, Cultura e Educação, mas também outros, nos seus mais distintos formatos, avalia possíveis impactos dessas realizações audiovisuais na formação das crianças, bem como da visibilidade das pautas apresentadas pelo MST em sua trajetória de luta, oferecendo uma interpretação sobre a resistência, a cultura e a infância dentro do Movimento Sem Terra.

**Palavras-Chave:** Sem Terrinha; Audiovisual; Formação; Intersetorialidade.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da UFMA, PPGCOMPro. Formada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, na UFC. Integrante do Setor de Comunicação do MST. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7460-491X>; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5327751956321310> E-mail: [silva.maria1@discente.ufma.br](mailto:silva.maria1@discente.ufma.br)

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social e do PPGCOMPro da UFMA. Doutor em Comunicação pela UERJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC (Comunicação, Tecnologia e Economia) e do espaço de inovação ETC Hub, financiado pela Fapema. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2512-9412> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2433489969000388> E-mail: [ramon.bezerra@ufma.br](mailto:ramon.bezerra@ufma.br)

## **SEM TERRINHA IN MOVEMENT: AUDIOVISUAL AND THE PERSPECTIVE OF CHILDHOOD IN THE MST**

**Abstract:** This article aims to reflect on the role of audiovisual media in the Landless Rural Workers Movement (MST), as a tool in the development of its work from the perspective of and within the Landless children. To this end, it investigates participation in the production of materials and processes from the perspective of understanding the Landless child as a subject in the concrete and symbolic struggle of a rural social movement. It also aims to highlight how these initiatives contribute to a better understanding of audiovisual media in childhood and the expectations for the continuity and strengthening of work for and with Sem Terrinha children. Methodologically, it relies on the bibliographic and documentary survey and analysis of materials produced by the MST, mainly through intersectoral collaboration between the Communication, Culture, and Education sectors, but also others, in their various formats. It evaluates the possible impacts of these audiovisual productions on the children's development, as well as the visibility of the agendas presented by the MST in its history of struggle, offering an interpretation of resistance, culture and childhood within the Landless Workers's Movement.

**Keywords:** Sem Terrinha; Audiovisual; Formation; Intersectorality.

## Introdução

O audiovisual sempre esteve presente na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde seus anos iniciais, senão por produção própria, pela representação de quem detinha os meios da produção audiovisual ou parte dele, isto é, os grandes meios de comunicação de massa, que noticiavam as ações do MST, ou parceiros da área, cineastas interessados em registrar e abordar em suas produções a luta do Movimento. Caso como o da cineasta Tetê Moraes, na realização do filme *Terra para Rose* (1987), que “documenta a ocupação [da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul] e o assassinato de Roseli Nunes”, ou ainda como de “outros dois documentários: *Encruzilhada Natalino* (1981), de Ayrton Centeno e Guaracy Cunha, e *A Classe Roceira* (1985), da cineasta Berenice Mendes” (BAEC, 2022, p. 81).

Embora tenha como pauta central a luta pela terra, em seus 41 anos de existência a atuação do MST foi abarcando outras demandas, reconhecendo-as como direitos na perspectiva da construção de uma vida digna e plena para toda a sociedade, elementos sistematizados no *Programa de Reforma Agrária Popular do MST* (2025), onde diz que a luta pela terra, pela Reforma Agrária Popular<sup>3</sup>, precisa estar conjugada com as lutas contra a privação da ciência e da tecnologia, contra a apropriação privada dos saberes e culturas populares, a concentração e centralização da natureza, entre outras. Em outras palavras, é fundamental que esta “não seja apenas um processo produtivo e ambiental. É necessário um salto, uma ruptura com todos os elos de dominação e uma práxis permanente rumo à emancipação humana e social” (MST, 2025, p. 38-39).

É nesse contexto que a cultura, a comunicação e a educação passam a ser entendidas também como direitos humanos essenciais, os quais abarcam a expressão de opiniões, a construção de simbologias representativas, manifestações culturais, diálogos, a perspectiva de entendimento do mundo, vivências, questionamentos etc.

---

<sup>3</sup> Reforma Agrária Popular, em maiúscula como síntese de uma reforma agrária que vai além do sentido clássico da mesma, de distribuição da terra em si, mas que abrange todos os aspectos do desenvolvimento e formação do ser humano em toda sua plenitude, como o acesso à terra, aos bens naturais, à moradia, ao alimento saudável, à produção e expressão cultural, ao lazer, ao descanso, entre outras coisas.

Assim, ao explorar essa relação entre cultura, comunicação e educação na construção de materiais voltados ao público infantil no MST, como alguns já desenvolvidos nessa intersectorialidade, que apresentaremos mais à frente, o presente trabalho visa refletir sobre como o audiovisual pode ser mais uma ferramenta na formação e desenvolvimento da criança Sem Terrinha. Principalmente quando este também avança da perspectiva de uma produção *para* as crianças apenas, para uma outra *com* as crianças, ou seja, quando estas se envolvem diretamente no processo, seja na concepção das propostas, na participação e desenvolvimento de atividades ou mesmo na construção geral dos materiais audiovisuais.

Para isso, nos apoiamos metodologicamente no levantamento e análise bibliográfica e documental de materiais elaborados pelo próprio MST e pelos setores de Cultura, Comunicação, Educação e outros, nos seus mais distintos formatos e, também, de atividades em que as crianças Sem Terrinha estiveram envolvidas. Além disso, a observação do desenvolvimento dessas questões culturais e comunicacionais dentro de um movimento social do campo como o MST.

O texto aqui apresentado está estruturado em cinco partes. A primeira parte, de Introdução, apresenta um rápido panorama em que a comunicação e a cultura são apresentadas como direitos no contexto de luta pela terra no MST; a segunda, Cultura e Comunicação desde os anos iniciais, fala sobre de que modo os temas da cultura e da comunicação são partes fundantes do Movimento Sem Terra e o surgimento do audiovisual dentro desse aspecto; O audiovisual e o sujeito Sem Terrinha foca no tema principal do artigo, o trabalho com audiovisual junto às crianças Sem Terrinha, fazendo um breve histórico da relação entre os Setores de Cultura, Comunicação e Educação, no diálogo e construção dos materiais trabalhados com as crianças do e no MST; a quarta parte, O audiovisual para além da cobertura pura e simples, apresenta alguns argumentos para se pensar o audiovisual para além do simples registro dos nossos espaços e ações, mas como processo de descoberta e formação constante para e com as crianças Sem Terrinha; por último, as Considerações Finais, que não encerra as possibilidades de diálogo, mas apresenta alguns resultados e possibilidades de utilização da ferramenta audiovisual na formação e diálogo com as crianças Sem Terrinha.

## Cultura e Comunicação desde os anos iniciais

Ao suscitar o tema da reforma agrária no Brasil, o MST avança para uma discussão que vai para além da simples distribuição da terra. Na perspectiva de conceber o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude, o conceito desenvolvido pelo MST de Reforma Agrária Popular passa, certamente, pelas questões produtivas imediatas, como ter a terra para plantar, colher, comer etc., mas vai além, e alcança a possibilidade de construção de novas relações humanas, com o meio ambiente, sociais, de gênero e culturais.

A Reforma Agrária Popular deve promover uma revolução cultural, construindo experiências concretas que potencializem novas formas de sociabilidade, vivenciadas coletivamente no cotidiano, que rompa com a desconexão entre ser humano e natureza, superando a desumanização da vida e as contradições do capitalismo, do racismo e do patriarcado. (MST, 2025, p. 38-39)

É nesse desenho de novas relações humanas desenvolvido no *Programa de Reforma Agrária Popular* (2025) que o MST pensa a cultura como a “forma como organizamos a nossa vida e a nossa sociabilidade, [...] na luta pela existência e resistência, que fincamos raízes na construção e disputa da nova sociedade” (MST, 2025), mas também como as manifestações artísticas propriamente ditas:

Uma importante dimensão da cultura, como âmbito formativo dos sentidos e da consciência, é a arte. A arte tem potencial de redimensionar, criativa e sensivelmente, a forma pela qual fazemos a luta. Cultiva nossa humanidade e, por isso, é um direito inalienável de todas e todos nós. (MST, 2025, p. 48-49)

No livro *Sem Terra com Poesia: a arte de recriar a História*, Roseli Salete Caldart (2017) sintetiza a pesquisa sobre a presença que manifestações artísticas e culturais, como a poesia e o canto, que muitas vezes nascem de maneira espontânea, numa roda de conversa, têm já na constituição do MST e na articulação em todos os seus espaços de atuação: da ocupação da terra à diversas outras mobilizações, massivas ou não. Segundo a autora, as manifestações públicas realizadas pelo MST sempre foram ricas em canções e

poesias que falavam da luta ou em versos e palavras de ordem em que eclodiam as suas reivindicações.

A poética dos Sem Terra compartilha um grande e importante significado com a produção artística em geral de todos os segmentos das classes populares – rurais e urbano –, o significado de recuperação da própria voz e do direito de participar igualmente desta forma peculiar de representação e transformação da realidade que é a produção artística, apreensão sensível e prazerosa do mundo. (Caldart, 2017, p. 83)

Autor do prefácio à segunda edição do livro, o professor universitário e integrante do Coletivo Nacional de Cultura do MST, Rafael Villas Bôas, observa que, ainda nos primeiros anos do MST, Caldart já “percebia o vigor de uma organização capaz de promover a socialização dos meios de produção de linguagens artísticas” (Villas Bôas *apud* Caldart, 2017, p. 17-18), e o mais importante, sem separar a questão estética da política:

A autora chama atenção no livro para algo que somente após onze anos se tornará objeto de debate entre dirigentes do MST: a questão da produção cultural no e do MST, e as possibilidades de organização de um projeto cultural para a organização, enquanto parte da estratégia política do Movimento. (Villas Bôas *apud* Caldart, 2017, p. 15)

Isso permite, ao longo da trajetória do MST, a projeção dessa produção dentro da estratégia política do mesmo e, conseqüentemente, o desenvolvimento organizacional das frentes do Coletivo de Cultura:

Posteriormente, foram realizados seminários específicos para debater o tema da Cultura no MST (em 1998, 1999 e 2005) e parcerias com personalidades das artes como Augusto Boal alavancaram a formação de militantes com domínio técnico e teórico em diversas linguagens, o que permitiu a formação de diversas Brigadas e Frentes Artísticas, a saber: a Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré (2001), a Brigada Nacional de Artes Plásticas do MST Candido Portinari (2014), a Brigada Nacional de Audiovisual da Via Campesina (2007), a Frente Palavras Rebeldes do MST (2015), e a Frente de Música do MST, que assim como a poesia, está presente de forma espontânea desde a origem do Movimento. (Villas Bôas *apud* Caldart, 2017, p. 15)

No campo da comunicação, ainda assim não separado da questão da cultura, já que “ao falar da luta, as produções artísticas [as manifestações

culturais] também comunicavam” (Dal Chiavon, 2022, p. 18), Barreto e Nunes (2011) resumem que a relação desta com o MST remonta à reunião de diversas lutas e de lutadores em torno do Boletim Informativo de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra (que mais tarde se tornaria o Jornal Sem Terra), com a comunicação vivida como parte da organização coletiva.

Depois, predomina uma leitura mais instrumental em torno da produção de materiais e, a partir dos anos 2000, com a constituição do Setor de Comunicação do MST e, posteriormente, a criação de cursos formais e informais voltados para as áreas de cultura e comunicação<sup>4</sup>, é que se observa o desenvolvimento da compreensão da comunicação e cultura como parte fundamental da luta.

Nessa trajetória organizacional se desenvolveram diversas ações comunicacionais e culturais dentro do próprio MST e na relação com a sociedade, que se apresentavam em materiais de comunicação impresso. É o caso do Jornal e da Revista Sem Terra, ao qual mais tarde se somou o Jornal e a Revista Sem Terrinha, que falaremos mais adiante, mas também em processos e produtos radiofônicos, em materiais digitais, peças teatrais<sup>5</sup>, na música, artes plásticas e na linguagem audiovisual (esta, uma das últimas linguagens artísticas a se consolidar como uma frente de trabalho, uma brigada, como se costuma chamar no MST).

Apesar do histórico de relação do MST com o audiovisual, é somente em 2007, depois do Curso Nacional de Comunicação, Cultura e Agitação e Propaganda, e no marco de preparação para o V Congresso Nacional do MST, que este se consolida enquanto Brigada de Audiovisual da Via Campesina<sup>6</sup>, com o vídeo *Lutar Sempre! 5º Congresso Nacional do MST* (2007). Um feito consolidado quando se define que o audiovisual não seria mais terceirizado e

<sup>4</sup> Como o Curso de Comunicação Popular - Ensino Médio (2002), no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), e o curso de Agentes de Desenvolvimento Cultural e Rádio Comunitária, realizado em 2009, também no IEJC, além de seminários e outros cursos informais, sobretudo após a fundação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em 2005, como o Seminário Nacional de Arte e Cultura, realizado no mesmo ano, e o Curso Nacional de Comunicação, Cultura e Agitação e Propaganda (2006), entre outros.

<sup>5</sup> Entre os anos de 2001 e 2005, o MST chegou a ter cerca de 40 grupos teatrais organizados dentro da Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré.

<sup>6</sup> Foi batizada inicialmente com esse nome por ter em sua composição militantes do MST e de outros movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e posteriormente reorganizada apenas com militantes do MST como Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho (BAEC).



sim realizado pelos próprios militantes, num processo de socialização dos meios de produção, semelhante ao que havia sido a construção da Brigada de Teatro do MST, numa perspectiva de acumular experiências para depois multiplicar nos territórios.

Uma das características do trabalho com audiovisual no MST foi o entendimento, construído ao longo dos anos, de que essa frente não deveria se limitar ao registro em conteúdo visual (ainda que importante, porque já denota um ponto de vista, um recorte), mas ao contrário, que se constituísse como meio de expressão cultural, comunicação e luta do Movimento Sem Terra na sociedade, ligado diretamente aos seus princípios político-organizativos. Isso significava estar dentro de uma concepção de formação humana, social e de representação do cotidiano de luta e resistência do MST no campo não visto nos grandes meios de comunicação de massa. Além disso, que se apresentasse como ferramenta anticolonialista para que os próprios Sem Terra<sup>7</sup> contassem eles mesmos a sua história, a partir do seu ponto de vista, do seu espaço de vivência.

Porém, o desenvolvimento dos processos audiovisuais no MST, de diálogo interno com a base social, mas também de diálogo externo, com a sociedade de maneira geral, estiveram durante um determinado tempo voltados numa perspectiva da pessoa adulta. Significava dizer, que era uma tentativa de apresentação da luta do MST apenas para aqueles que “seriam, ou deveriam ser”, os “tomadores de decisões”, os “formadores, emissores de opinião”, isto é, uma tarefa dos adultos para os adultos, sem incluir a perspectiva da criança na recepção ou produção desses materiais.

---

<sup>7</sup> “No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocabulário sem-terra, com hífen e com o uso do s na reflexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia” (Caldart, 2000, p. 16-17). O que vale também para o termo Sem Terrinha, que aparece diversas vezes no presente texto.



## O audiovisual e o sujeito Sem Terrinha

Para pensar a criança Sem Terrinha dentro do MST, é preciso primeiro considerar quem tem estado à frente no desenvolvimento desse tema ao longo dos anos e alguns dos processos construídos no cuidado e na formação dessa mesma criança como sujeito no e do Movimento Sem Terra.

Desde seu surgimento, na segunda metade da década de 1980, é o Setor de Educação do MST quem tem cumprido essa tarefa. Na interlocução com outras frentes, coletivos e setores, pois entende que a formação da criança Sem Terrinha não pode ser responsabilidade de apenas um destes, mas do conjunto da organização, determinados temas foram desenvolvidos e ganharam corpo na concretização de algumas das ferramentas que contribuiriam no diálogo para e com as crianças no MST.

É o caso de diversos materiais já criados desde muitos anos para o trabalho com as crianças, como as cartilhas com temas relacionados à infância, ao brincar, à educação, aos territórios em que estavam inseridos; os livros infanto-juvenis, com histórias que dialogavam com o fazer cotidiano no acampamento, assentamento, escola, a dimensão de coletividade, da cooperação, do cuidado com o meio ambiente etc.

No artigo *A significação da infância em documentos do MST* (2013) Marcia Mara Ramos contextualiza sobre a construção, reflexão e desenvolvimento de alguns desses materiais voltados para o trabalho com as crianças:

Durante o processo histórico de constituição do Movimento e as suas reflexões sobre a criança, foram produzidos alguns materiais como Fita K7; CDs; livretos de cantigas infantis e literaturas. O que levou o MST a organizar essas produções foi à realidade vivida nos acampamentos e assentamentos e a necessidade de instrumentos de comunicação nesses e entre esses contextos. Além disso, a falta de acesso a materiais que dialogassem com o próprio Movimento fez com que ele, por meio do coletivo nacional de educação, experimentasse o exercício de produzir coletivamente literatura, canções infantis, reflexões sobre os processos educativos. (Ramos, 2013, p. 81)

O trabalho de musicalização, que remonta aos primórdios do Setor de Educação e segue ao longo dos anos, culminou na produção sistematizada de

materiais de músicas infantis. Trabalho realizado, num primeiro momento, por integrantes do próprio Setor e alguns professores na construção e organização geral, a primeira fita K7 de músicas infantis, *Plantando Cirandas*, de 1994, foi “resultado de um trabalho coletivo realizado na Oficina de Educação para Produções de Músicas Infantis e Literaturas” (Ramos, 2013, p. 81).

Depois disso, vieram o *Plantando Cirandas 2*, 1998 (Figura 2), que “com composições de caráter individual e com a participação de artistas amigos do MST [...], trouxeram como elementos fundamentais, os animais, a floresta, a terra, a brincadeira e o cuidado com o planeta” (*Ibidem*, p. 127), e o *Plantando Cirandas 3*, 2014 (Figura 3), com composições das próprias crianças realizadas através de oficinas e encontros regionais e estaduais com os Sem Terrinha.

Ainda nesse bojo dos materiais, se somam o Encarte das Crianças Sem Terrinha, criado em 2007<sup>8</sup>, e a Revista Sem Terrinha (Figura 1), de 2008, ambos construídos em parceria entre os Setores de Comunicação, Cultura e Educação, mas tendo boa parte da “matéria-prima”, como os desenhos que ilustravam os mesmos, as cartas, as histórias, estas sim elaboradas pelos Sem Terrinha de diversas partes do Brasil.

Monyse Ravenna Barros (2013) acredita que é na construção desses materiais, como o Jornal e a Revista Sem Terrinha, que o MST afirma a importância de se pensar a/o Sem Terrinha como criança-sujeito no presente, no processo de organização do MST, enxergadas como quem precisa de proteção e formação, mas ao mesmo tempo como crianças lutadoras.

O reconhecimento das crianças como sujeitos sociais pelo MST já vem de algum tempo e se expressa na preocupação do Movimento em elaborar uma pedagogia específica para a infância. Assim, destacam-se as publicações específicas para os meninos e meninas sem terra, como exemplo, o Jornal e a Revista Sem Terrinha. (Barros, 2013, p. 129)

---

<sup>8</sup> Tinha esse nome por vir como encarte dentro do Jornal Sem Terra e que mais tarde passou a se chamar Jornal das Crianças Sem Terrinha ou apenas Jornal Sem Terrinha.

**Figura 1** - Capa Revista das Crianças Sem Terrinha. Novembro de 2020



**Fonte:** Arquivo MST.

**Figuras 2 e 3** - Imagens das capas da fita K7 do *Plantando Cirandas 2* e do CD *Plantando Cirandas 3*



**Fonte:** Arquivo MST.

Estas produções foram de fundamental importância para a abordagem e aprofundamento de diversos temas constituintes da luta social e essenciais à formação das crianças Sem Terrinha, como a questão do internacionalismo, da arte, da agroecologia, presentes em edições da Revista Sem Terrinha, em que

procurava “trazer a história, contada de forma crítica, dos movimentos sociais do Brasil e dos outros países, por meio da arte, das brincadeiras e de jogos pedagógicos” (Ramos, 2021, p. 124), ou mesmo a organização das crianças nos estados, nas escolas, nos territórios tratados em edições do Jornal Sem Terrinha, dentre outros assuntos.

A infância Sem Terra é significada na *Revista* de modo transversal nas várias edições. Isto quer dizer que, além dos textos e matérias específicas sobre os Sem Terrinha, há também presença da infância rural e urbana na abordagem de diversos temas. Elas estão lá nas imagens e não como ilustração, mas como constituinte da luta social; em alguns momentos, temos entrevistas com algumas crianças acerca dos lugares sociais de seu pertencimento ao Movimento, quais sejam a Ciranda Infantil, a Mobilização por Escolas, a organização de Jornadas específicas, entre outras. (Barros, 2013, p. 145)

Outros trabalhos desenvolvidos a partir da relação intersetorial entre cultura, educação e comunicação estão ligados à área da produção audiovisual, como o vídeo *Sem Terrinha em Movimento* (2009)<sup>9</sup>. Para a construção do vídeo, o diálogo entre os setores seguia a ótica de tratamento da criança enquanto sujeito da narrativa que se queria construir, do cuidado de não tratar os/as Sem Terrinha como objeto em sua própria história, mas como participante ativo, como construtor dessa mesma história e vivência.

O resultado foi o envolvimento das crianças Sem Terrinha na produção dos materiais que foram a base central do vídeo, com suas histórias e vivências contadas nos desenhos, cartas, textos, a partir da interpretação da luta no dia a dia nos seus territórios, das brincadeiras, aprendizados, das narrações, diálogos do vídeo pelas próprias crianças Sem Terrinha, numa dimensão da infância no e do MST e em relação com a sociedade. Entretanto, ainda que a base do vídeo tenha sido essa produção das crianças, as mesmas não participaram ainda da realização prática do material audiovisual em si (das gravações de câmera, construção de roteiro, som etc.).

Só depois é que isso foi aos poucos sendo possível quando da realização de oficinas de audiovisual em alguns encontros estaduais e regionais das crianças Sem Terrinha, na interpretação e análise de materiais, mas também

---

<sup>9</sup> Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQF6a838wD0>. Acesso em: 19 de jun de 2025.

de “colocar a mão na massa”, de pegar a câmera ou o celular e gravar a atividade em que estavam, de pensar na intencionalidade do que queriam com essa gravação etc.<sup>10</sup>. Essa interlocução e possibilidades práticas seguiram nos materiais construídos pelo MST para e com as crianças e não só no campo do audiovisual.

Em 2018, a construção e realização do I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, em que participaram cerca de 1200 crianças e 300 educadoras/es vindas dos 24 estados em que o MST está organizado, permitiu mais uma vez avançar em outros pontos da construção de processos culturais e comunicacionais com as crianças e pela ótica das crianças. Como afirma Márcia Mara Ramos (2021), em sua tese de doutorado, “Um encontro significativo para a história das crianças Sem Terrinha” (p. 186).

A projeção de um encontro dessa natureza no Brasil, compreendendo as dimensões geográfica, social, econômica, política e ética, que para o MST são valores socialistas e humanistas, exigiu um tempo de maturação, debate e reflexão nacional. O encontro não aconteceu por acaso, existe uma intencionalidade política, pedagógica e de projeto social e popular em curso. Assim também como a luta e construção do projeto de Reforma Agrária, que exige pensar desde a práxis social do MST, onde as crianças dos acampamentos e assentamentos não estão separadas do contexto do campo. (Ramos, 2021, p. 187)

Na sequência da deliberação da realização do Encontro, o Movimento avalia e define como princípio organizativo da atividade, que ele precisava ser construído, desde o início, também pelas crianças Sem Terrinha, numa participação ativa com os adultos, de diálogo e definições sobre temas, oficinas, noites culturais, participação etc. Isso significava, entre outras coisas, que seriam elas também quem fariam a coordenação das mesas de debate em todos os dias do Encontro, além de fazer parte das equipes de trabalho do mesmo, como de fato aconteceu em julho de 2018, no Parque da Cidade, em Brasília, Distrito Federal.

---

<sup>10</sup> Um exemplo disso foi a participação no Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha em São Paulo, em que se realizaram oficinas de comunicação e cultura, como teatro, texto, fotografia, audiovisual e outras, e que ocorreu também em outros estados ao longo dos anos até a realização do Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha.

As reuniões foram momentos de coordenação compartilhada entre adultos e crianças, em que se repassavam as informações necessárias para o dia de atividades, liam coletivamente toda a programação, avaliavam as atividades realizadas no dia anterior, discutiam as necessidades organizativas daquele coletivo (por exemplo a questões referentes ao alojamento, limpeza dos banheiros, a realização das místicas, participação nas oficinas e atividades previstas etc.). Tudo isso era registrado em escrito num caderno por uma das crianças e retomado no dia posterior para avaliação. (Freitas, 2022, p. 140)

Entre as equipes de trabalho estavam aquelas ligadas à cultura e à comunicação, como a equipe de animação, das noites culturais, das oficinas, entre outras, além daquela que teria a responsabilidade de cobertura e construção de materiais do encontro, que se dividiram em frentes como texto, foto, rádio e audiovisual.

A cultura e a comunicação foram expressivas no Encontro. [...] A comunicação com forte expressão das crianças, desde a produção do *Jornal das Crianças Sem Terrinha*, resultado de uma metodologia que envolveu diretamente as crianças na produção de imagens do Encontro, até as filmagens produzidas pelas mesmas, as entrevistas, produção radiofônica e de textos... E no encerramento do Encontro, a alegria de todas as crianças em receber o *Jornal Sem Terrinha* impresso, um veículo de comunicação popular da infância Sem Terra, que registrou, com elas, esse grande acontecimento em 2018. (Ramos, 2021, p. 243)

As crianças Sem Terrinha que estavam na cobertura (Figura 4) participaram ativamente das tarefas durante todos os dias da atividade, não só na gravação de materiais ou tirando foto, por exemplo, mas na preparação do que seria abordado, reuniões de planejamento diário, avaliação e outros.



**Figura 4** - Equipe de cobertura do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, composta por crianças e adultos. Brasília



Fonte: Arquivo MST, 2018.

Algumas produções resultantes desse trabalho, como os vídeos diários elaborados pela equipe de audiovisual do Encontro ou as gravações que resultaram no vídeo *Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar!*<sup>11</sup> (2019)<sup>12</sup>, foram reflexo da discussão e formação das crianças desde seus territórios, nas oficinas nos seus estados, e durante o Encontro, na apropriação da técnica, do manusear a câmera, o som, de fazer as entrevistas, de dar entrevistas, de pensar sobre o que, como e onde gravar, com quem conversar, o que pesquisar, dividir tarefas, se desafiar a ir até o lugar e fazer etc. O resultado foi uma gama de materiais apreendidos desde o ponto de vivência destas crianças, das suas interpretações sobre temas desenvolvidos no todo do MST, como a agroecologia, a participação, o direito ao brincar, ao estudo etc.

<sup>11</sup> Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pm2cgAEgVA0>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.

<sup>12</sup> Este, já no seu princípio, se diferenciava da construção do primeiro vídeo citado anteriormente, uma vez que nesse segundo as crianças Sem Terrinha participaram da tomada de decisões e da prática das gravações e planejamento diário do trabalho, para além dos desenhos e escritos.



O audiovisual aparece então como uma via de mediação, de representação da realidade vivida pelas crianças Sem Terrinha, bem como os demais processos no campo da cultura e comunicação que já pontuamos. Mais do que documentar a luta, ou o evento em si que foi o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, ele a interpreta a partir destas vivências das crianças, muitas vezes construídas nos processos das Cirandas Infantis, espaços de cuidado e sociabilização das crianças durante as atividades do Movimento, nos cursos em que acompanham os pais, Centros de Formação, nas ocupações, marchas, brincadeiras etc. Ao ressignificar a participação das crianças Sem Terrinha na produção e execução do todo no audiovisual, o resultado disso não apenas informa<sup>13</sup>, mas transforma e fortalece a luta pela Reforma Agrária Popular, ao conhecer e se reconhecer no processo de luta pela terra e por uma vida digna para toda a sociedade a partir do MST.

Pautar o trabalho do audiovisual com as crianças Sem Terrinha é pensar no que ele pode contribuir para a criação e ampliação do entendimento e percepção da realidade a partir delas próprias, do mundo em que elas vivem, enxergam e se relacionam, de conhecerem, sobretudo, de que lugar e sobre o que estão falando e como podem abordar ou representar determinados temas. Martí (2011), em *Nuestra América* fala da importância de se conhecer os problemas do povo e todos os elementos que os constituem, desde o lugar em que acontece até os personagens envolvidos, de ter consciência dos problemas comuns para melhor representá-los e para conquistar o que se deseja.

Resolver o problema depois de conhecer seus elementos é mais fácil do que resolver o problema sem conhecê-los. [...] Conhecer é resolver. Conhecer o país, e governá-lo conforme o conhecimento, é o único modo de livrá-lo de tiranias. (Martí, 2011 – texto original 1891 –, p. 15-23)

Para Martí (2011), o conhecimento do seu lugar no mundo e a certeza de que essa situação pode ser mudada, leva ao diálogo, que por sua vez traz a consciência coletiva dos problemas comuns a todos, que, por conseguinte, traz

---

<sup>13</sup> No 1º Seminário Nacional de Comunicação: O MST na batalha das ideias, realizado em fevereiro de 2019, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o MST apontou três grandes objetivos/desafios como síntese do seu trabalho na área da comunicação, que se aplica também à cultura: informar, formar e organizar, que permearam e direcionaram sua atuação nestes espaços nos últimos anos.

o germe da luta, na busca por uma emancipação em todos os aspectos da vida humana, política, econômica, social e cultural, como reforça Caldart (2000) em *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, quando menciona análises que estudiosos faziam naquele momento sobre as dominações pelos chamados bloqueios culturais, quando da discussão de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil.

As análises que estão sendo feitas pelos estudiosos da formação brasileira engajados na discussão deste novo projeto apontam a força que têm desempenhado alguns *bloqueios culturais* que dominam o povo brasileiro, em relação à busca de novas alternativas de modelo econômico, político, social, que representariam a sua própria possibilidade de *salvação social*. Em síntese, trata-se de considerar com força na discussão a importância de romper com a mentalidade de *povo colonizado*, para que se possam tomar as decisões ou *fazer escolhas* necessárias à construção de uma nova concepção de desenvolvimento. (Caldart, 2000, p. 41)

Assim, em diálogo com o que Caldart (2017) afirma, de que “nenhum processo coletivo de transformação pode iniciar-se senão pela crítica do tipo de sociedade que se pretende mudar” (2017, p. 51), pensar o audiovisual no trabalho com a criança Sem Terrinha significa considerar no processo formativo os ditos aspectos que constituem esse sujeito dentro de uma organização como o Movimento Sem Terra, num país marcadamente colonizado.

## O audiovisual para além da cobertura pura e simples

Entender a construção do trabalho audiovisual com as crianças Sem Terrinha tem a ver também com pensar a elaboração a partir da luta simbólica desde a infância, de participação e entendimento do espaço da luta concreta, da organização social e política em que os mesmos vivem e no qual se constroem enquanto sujeitos participantes dos processos e reafirmam uma identidade de resistência. Ao fazerem isso desafiam discursos e ações dominantes intrinsecamente enraizadas como se sempre tivessem estado ali.

Desafios, inclusive, na própria forma do discurso, de pensar uma outra maneira de produção a partir da vivência da criança Sem Terrinha, “formas de

participação política que se vinculam com as linguagens da infância, se diferenciando do formato tradicional da participação adulta muitas vezes centrada no discurso oral, na racionalidade” (Freitas, 2022, p. 122).

A participação política das crianças é, por vezes, expressa em formas de brincadeira, em atividades artísticas [como o audiovisual], performances teatrais, em música, dança etc. Não quero aqui dizer que os adultos também não possam utilizar dessas outras linguagens em suas ações políticas, mas evidenciar que quando as crianças agem politicamente através dessas linguagens, geralmente não são reconhecidas como políticas. (*Ibidem*, p. 100)

O audiovisual assume então um papel importante na construção e socialização desses espaços, de compreensão da política como um todo e da luta do próprio MST, ao propor temas e sistematizar com as crianças Sem Terrinha um referencial cultural e simbólico, que mesmo em proporção menor dos meios de comunicação de massa, desafia as estruturas de poder dominantes ao perceberem o seu lugar de criança Sem Terrinha, ao se perceberem enquanto criança da classe trabalhadora nas lutas do MST e dos movimentos sociais no mundo.

[...] não podemos analisar e, sobretudo, compreender como se dá esse processo [do fazer fílmico] e o seu resultado final, que são os próprios filmes, sem compreender o que significa fazer filmes para o MST. Pois os sujeitos sociais, que formam esse sujeito coletivo, se constituem a partir das tensões sociais do campo. (Dal Chiavon, 2022, p. 55)

A participação das crianças no desenvolvimento como um todo das produções audiovisuais no MST, é um elemento fundamental que vai além da simples inserção. Esses processos proporcionam às crianças Sem Terrinha um meio para expressar suas vozes, experiências e pontos de vista, de vivência de uma maneira poderosa e autêntica. Além de documentar aspectos da sua realidade visível, suas comunidades, os espaços culturais de produção e reprodução da vida, o audiovisual contribui também na criação de sempre novas abordagens dessa mesma realidade, bem como das suas condições de vida e de entendimento do mundo em que se está inserido. Isso acaba, por vezes, fornecendo espaços seguros para que registrem e expressem suas opiniões

sobre questões importantes, como acesso à terra, educação, à cultura, direitos humanos, participação, o brincar etc.

As fotografias [e materiais audiovisuais] elaboradas pelas crianças carregam também essa dimensão [da imagem como espaço de luta], somando-as a suas características documentais e criativas. Elas se comportam não apenas como expressão *da* luta, mas como forma imagética *de* luta que tem capacidade de agir sobre as pessoas, com uma ressalva: são ações apresentadas pelas crianças, independentemente de sua faixa etária, e podem colaborar para refletir e compor um olhar de longe e de dentro do movimento. (França; Gobbi; Leite, 2018, p. 28)

Ao fazerem, serem vistas e ouvidas a partir da produção audiovisual, a luta, as reivindicações das crianças Sem Terrinha ganham visibilidade e dignidade, além de contribuírem para a conscientização pública do seu papel dentro da luta do MST como um todo, de transformação econômica, política, social e cultural. Além dos benefícios óbvios de ampliar suas vozes, a participação direta no todo das produções audiovisuais também oferece outros benefícios significativos à criança Sem Terrinha, de desenvolverem habilidades de comunicação, por exemplo, de interpretação, de reconhecer o outro na identidade comum da luta cotidiana pela terra e onde se inserem no mundo, além do sentimento de pertencimento à medida que podem contar eles mesmos suas próprias histórias.

A participação das crianças Sem Terrinha como sujeitos da luta pela terra perpassa toda a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, evidenciando um papel ativo delas como aquelas que em diversos momentos tensionaram o próprio movimento social a repensar o lugar e a participação das crianças em seus processos de mobilização e construção de outro projeto de sociedade. (Freitas, 2022, p. 103)

Assim, a participação destas crianças nas produções audiovisuais, desde os primeiros desenhos até o planejamento, gravações e entrevistas, como aconteceu durante o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, enriquece muito o trabalho, seja de cobertura, de registro ou mesmo de abordagem, mas também fortalece sua voz dentro de um contexto mais amplo em que as pessoas podem ver e ouvir, capacitando as crianças a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e em territórios de Reforma Agrária.

As produções [*Sem Terrinha em Movimento* e *Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar!* e outras], para além de trazer as imagens dos processos educativos da construção da infância no MST, traz seu pensamento, posição e reflexões sobre o seu lugar dentro da Organização. Tais produções também dialogam com o conjunto das outras ações desenvolvidas para e com as crianças, possibilitando compartilhar nos diferentes estados, com organização de lançamentos através do “Cinema na Terra” e colocar em destaque o debate sobre as crianças e a infância no MST. (Ramos, 2021, p. 126)

O MST avançou e continua avançando no fazer audiovisual para e com as crianças Sem Terrinha, na produção de literatura, músicas, cartilhas, vídeos, teatro e outras expressões artístico-culturais, de participação em processos de pré-produção e durante. O desafio é, além de continuar aprofundando ainda mais esse fazer com as crianças, implementar com mais força o das crianças Sem Terrinha do/no campo, num processo da realização do audiovisual como um todo, da pré à pós-produção.

### Considerações finais

As experiências apresentadas ao longo do artigo, de realização audiovisual com as crianças Sem Terrinha e o desenvolvimento constante de pesquisas, formação técnica, teórica e política sobre a perspectiva da infância e o audiovisual, além do desenvolvimento de experiências práticas, mostrou ser de fundamental importância para, além da sistematização e análise das experiências já desenvolvidas, aprofundar a prática e a discussão sobre o fazer audiovisual na infância, permitindo dialogar com o tema específico do audiovisual no campo, num movimento social de luta pela terra e nas perspectivas do trabalho com a infância do MST.

Ao abordar temas de interesse para a construção da Reforma Agrária Popular no diálogo e trabalho com as crianças Sem Terrinha, quando da análise e realização de processos de comunicação e cultura, como o audiovisual, o MST constrói processos de formação e desenvolvimento dessa criança para pensar o meio ambiente, a terra, a sua comunidade, seu território, direitos, deveres, as semelhanças e diferenças entre os que estão no processo de construção, as

representações, o reconhecimento das questões locais como nacionais e vice-versa, e outras diversas linhas de formação.

Um exemplo disso, é a abordagem que a Sem Terrinha do Pará, Gabriela, faz sobre produção de alimentos saudáveis num trecho do vídeo *Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar!* (2019)<sup>14</sup>, fruto de processos de formação ocorridos no estado e no próprio encontro, e que ela precisou sistematizar (depois de perceber que não era só no seu estado que acontecia) para a entrevista que deu para as crianças da equipe de cobertura audiovisual do Encontro.

Assim, na perspectiva da formação, de estudar e pensar sobre temas para propor ou construir processos audiovisuais, por exemplo, as crianças Sem Terrinha dialogam sobre as demandas da sua comunidade, da sua escola, do território, às vezes até sobre quem são os responsáveis pela situação que pode se encontrar esses espaços, para avaliar sobre o que se quer falar e como falar para alcançar um melhor objetivo. “E é aí que o fazer fílmico se localiza, como seres culturais e também como produtores de cultura. E nesse sentido, quando os produtores de cultura fazem os seus filmes, o fazem analisando a conjuntura, mas também projetando o futuro” (Dal Chiavon, 2022, p. 57).

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Helena Martins do R.; NUNES, Márcia Vidal. **Das ideias que se fazem gestos:** sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas. Compós, 2011.

BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. **Os Sem Terrinha:** uma história da luta social no Brasil (1981-2012). 2013. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Fortaleza, 2013.

BAEC - BRIGADA DE AUDIOVISUAL EDUARDO COUTINHO. **Ocupar a Terra e as Telas:** reflexões sobre audiovisual no MST. São Paulo, 1ed, 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

---

<sup>14</sup> Minuto 6:47 do vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pm2cgAEgVA0>. Acesso em: 01 de out. de 2025.

CALDART, Roseli Salete. **Sem Terra com Poesia**: a arte de recriar a História. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ed, 2017.

DAL CHIAVON, Luara. **O sujeito coletivo do fazer fílmico na produção audiovisual do MST**. 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. São Paulo, São Paulo, 2022.

FRANÇA, Paula; GOBBI, Marcia; LEITE, Maria Cristina Stello. Comuna da Terra D, Tomás Balduino: aproximações a partir de palavras e imagens criadas por crianças assentadas. **DESidades: revista científica da infância, adolescência e juventude**. Rio de Janeiro, RJ. Número 21, ano 6, out-dez 2018.

FREITAS, Fábio Accardo de. **Infância e movimentos sociais**: participação política de crianças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2022. 307 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2022.

MARTÍ, José. Nuestra América. In. **Obras Completas, Vol. VI**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales; Karisma Digital; Centro de Estudos Martinianos, 2011.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária Popular**. São Paulo, janeiro de 2025.

RAMOS, Marcia Mara. A significação da infância em documentos do MST. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 09, n. 2, pags, 73-95, jul/dez 2013.

RAMOS, Marcia Mara. **Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST**. 2021. 277 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

#### Vídeos:

**SEM TERRINHA EM MOVIMENTO**. Videoteca Virtual Gregório Bezerra. YouTube, 25 de jan. de 2015. Vídeo: 16m57s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQF6a838wD0>. Acesso em: 19 de jun de 2025.

**SEM TERRINHA EM MOVIMENTO: BRINCAR, SORRIR, LUTAR!**. Movimento Sem Terra. YouTube, 11 de fev. de 2019. Vídeo: 15m22s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pm2cgAEgVA0>. Acesso em: 01 de out. de 2025.

Recebido: 22/06/2025  
Aceito: 09/09/2025